

DE ACORDO COM O EDITAL Nº 001/2026



CAMPO ALEGRE-AL

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE - ALAGOAS

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL
E ENSINO FUNDAMENTAL I**

- ▶ Língua Portuguesa
- ▶ Legislação
- ▶ História e Geografia de Campo Alegre (AL)
- ▶ Conhecimentos Profissionais
- ▶ Pedagogia e Psicologia Educacional

Conteúdo Digital

- ▶ Legislação Educacional do Município de Campo Alegre (AL)

BÔNUS
CURSO ON-LINE

- PORTUGUÊS
- INFORMÁTICA





AVISO IMPORTANTE: **Este é um Material de Demonstração**

Este arquivo representa uma prévia exclusiva da apostila.

Aqui, você poderá conferir algumas páginas selecionadas para conhecer de perto a qualidade, o formato e a proposta pedagógica do nosso conteúdo. Lembramos que este não é o material completo.



POR QUE INVESTIR NA APOSTILA COMPLETA?



- × Conteúdo totalmente alinhado ao edital.
- × Teoria clara, objetiva e sempre atualizada.
- × Dicas práticas, quadros de resumo e linguagem descomplicada.
- × Questões gabaritadas
- × Bônus especiais que otimizam seus estudos.

Aproveite a oportunidade de intensificar sua preparação com um material completo e focado na sua aprovação:
Acesse agora: www.apostilasopcao.com.br

Disponível nas versões impressa e digital, com envio imediato!

Estudar com o material certo faz toda a diferença na sua jornada até a APROVAÇÃO.





CAMPO ALEGRE-AL

**PREFEITURA MUNICIPAL DE
CAMPO ALEGRE - ALAGOAS**

**PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL E
ENSINO FUNDAMENTAL I**

EDITAL Nº 001/2026

CÓD: OP-039JH-26
7908403596461

ÍNDICE

Língua Portuguesa

1. Acentuação gráfica.....	9
2. Análise e interpretação de textos	10
3. Coerência textual; Coesão textual	11
4. Concordância nominal; Concordância verbal	12
5. Emprego da crase	13
6. Figuras de linguagem	14
7. Ortografia oficial	18
8. Pontuação	19
9. Regência nominal; Regência verbal	20
10. Significação das palavras (sinônimos, antônimos, homônimos e parônimos)	21
11. Tipos e gêneros textuais	21
12. Uso e colocação dos pronomes	22

Legislação

1. Conselho Escolar e Conselho Municipal de Educação: Competências e atribuições	35
2. Constituição Federal (art. 205 a 214): Direito à educação e dever do Estado	38
3. Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA – Lei nº 8.069/1990): Direito à educação e deveres da escola	42
4. FUNDEB (Lei nº 14.113/2020): Financiamento da educação básica e controle social	81
5. Gestão democrática do ensino público: Princípios legais e participação da comunidade escolar.....	96
6. Gestão de patrimônio público escolar: Controle, conservação e responsabilidade sobre bens públicos	99
7. Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011): Transparência na administração escolar	102
8. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB – Lei nº 9.394/1996): Organização da educação nacional e competências dos entes federativos.....	110
9. Plano Nacional de Educação (PNE – Lei nº 13.005/2014): Metas e responsabilidades dos municípios	130
10. Regimento Escolar: Natureza jurídica, elaboração e aplicação	132
11. Responsabilidade administrativa do gestor escolar: Atos administrativos e deveres funcionais	135

História e Geografia de Campo Alegre (AL)

1. Origem, povoamento, emancipação política, evolução histórica, social e cultural, patrimônio histórico e manifestações culturais do município de Campo Alegre/AL; Localização geográfica, limites territoriais, relevo, clima, vegetação, solos, recursos naturais e aspectos ambientais do município de Campo Alegre/AL; População, indicadores demográficos, migração, agricultura, pecuária, comércio, indústria, serviços e desenvolvimento econômico do município de Campo Alegre/AL; Rede hidrográfica, principais rios e corpos d'água, bacias hidrográficas, recursos hídricos, abastecimento de água, preservação dos mananciais e importância ambiental, social e econômica da hidrografia do município de Campo Alegre/AL	145
--	-----

ÍNDICE

Conhecimentos Profissionais

1. Artes visuais, música e expressão corporal.....	153
2. Atividades lúdicas e recreativas	153
3. Avaliação da aprendizagem escolar	157
4. Ciências naturais no ensino fundamental.....	160
5. Comunicação oral e escrita.....	163
6. Contação de histórias e literatura infantil.....	166
7. Desenvolvimento da linguagem oral e escrita	169
8. Desenvolvimento motor e coordenação motora	170
9. Desenvolvimento matemático infantil	173
10. Direitos de aprendizagem na infância.....	176
11. Educação inclusiva e adaptação de atividades	179
12. Educação infantil: rotinas e práticas educativas	182
13. Ensino da matemática nos anos iniciais.....	185
14. Ensino de ciências nos anos iniciais	187
15. Ensino de geografia nos anos iniciais.....	188
16. Ensino de história nos anos iniciais.....	195
17. Expressão artística e criatividade infantil.....	199
18. Jogos, brinquedos e brincadeiras educativas.....	201
19. Leitura, interpretação e produção de textos.....	202
20. Linguagem, oralidade e práticas de leitura	202
21. Musicalização e atividades rítmicas	205
22. Organização do trabalho pedagógico em sala de aula.....	207
23. Práticas de alfabetização na educação infantil e anos iniciais; Alfabetização e letramento	212
24. Sequências didáticas e projetos interdisciplinares.....	213

Pedagogia e Psicologia Educacional

1. Avaliação da aprendizagem: diagnóstica, formativa e somativa.....	221
2. Avaliação mediadora (Jussara Hoffmann).....	222
3. Desenvolvimento moral (Piaget e Kohlberg). Desenvolvimento socioemocional na infância e adolescência.....	227
4. Dificuldades e transtornos de aprendizagem (conceitos básicos).	232
5. Gestão da sala de aula e clima escolar	238
6. Inclusão escolar sob a perspectiva psicopedagógica	243
7. Inteligências múltiplas (Howard Gardner)	249
8. Interação professor-aluno no processo educativo	250
9. Jean Piaget: estágios do desenvolvimento cognitivo. Lev Vygotsky: mediação e Zona de Desenvolvimento Proximal (ZDP). Henri Wallon: afetividade e desenvolvimento infantil	255
10. Metodologias ativas de aprendizagem	262
11. Motivação e aprendizagem.....	263

ÍNDICE

12. Processos de ensino e aprendizagem	267
13. Psicogênese da língua escrita (Emília Ferreiro).....	271
14. Teorias da aprendizagem (Behaviorismo, Cognitivismo e Construtivismo).	271
15. David Ausubel: aprendizagem significativa	276

Conteúdo Digital

Legislação Educacional do Município de Campo Alegre (AL)

1. PCCR, Lei Municipal Nº 962/2019; Lei Municipal Nº 2036/2023; Lei Municipal Nº 773/2015; Lei Municipal Nº 2093/2025; Lei Municipal Nº 926/2019	3
--	---

Conteúdo Digital

▪ Para estudar o Conteúdo Digital acesse sua “Área do Cliente” em nosso site, ou siga os passos indicados na página 2 para acessar seu bônus.

<https://www.apostilasopcao.com.br/customer/account/login/>

LÍNGUA PORTUGUESA

ACENTUAÇÃO GRÁFICA

A acentuação gráfica consiste no emprego do acento nas palavras grafadas com a finalidade de estabelecer, com base nas regras da língua, a intensidade e/ou a sonoridade das palavras. Isso quer dizer que os acentos gráficos servem para indicar a sílaba tônica de uma palavra ou a pronúncia de uma vogal. De acordo com as regras gramaticais vigentes, são quatro os acentos existentes na língua portuguesa:

- **Acento agudo:** indica que a sílaba tônica da palavra tem som aberto.

Ex.: área, relógio, pássaro.

- **Acento circunflexo:** empregado acima das vogais “a” e “o” para indicar sílaba tônica em vogal fechada.

Ex.: acadêmico, âncora, avô.

- **Acento grave/crase:** indica a junção da preposição “a” com o artigo “a”.

Ex.: “Chegamos à casa”. Esse acento não indica sílaba tônica!

- **Til:** Sobre as vogais “a” e “o”, indica que a vogal de determinada palavra tem som nasal, e nem sempre recai sobre a sílaba tônica.

Ex.: a palavra órfã tem um acento agudo, que indica que a sílaba forte é “o” (ou seja, é acentoônico), e um til (~), que indica que a pronúncia da vogal “a” é nasal, não oral. Outro exemplo semelhante é a palavra bênção.

- **Monossílabas Tônicas e Átonas:** mesmo as palavras com apenas uma sílaba podem sofrer alteração de intensidade de voz na sua pronúncia.

Ex.: observe o substantivo masculino “dó” e a preposição “do” (contração da preposição “de” + artigo “o”).

Ao comparar esses termos, percebermos que o primeiro soa mais forte que o segundo, ou seja, temos uma monossílaba tônica e uma átona, respectivamente. Diante de palavras monossílabas, a dica para identificar se é tônica (forte) ou fraca átona (fraca) é pronunciá-las em uma frase, como abaixo:

“Sinto grande dó ao vê-la sofrer.”

“Finalmente encontrei a chave do carro.”

► Recebem acento gráfico

As monossílabas tônicas terminadas em:

- a(s) → pá(s), má(s);
- e(s) → pé(s), vê(s);
- o(s) → só(s), pôs.

As monossílabas tônicas formados por ditongos abertos -éis, -éu, -ói.

Ex.: réis, véu, dói.

Não recebem acento gráfico:

- **As monossílabas tônicas:** par, nus, vez, tu, noz, quis.
- As formas verbais monossilábicas terminadas em “-ê”, nas quais a 3ª pessoa do plural termina em “-eem”.

Importante: Antes do novo acordo ortográfico, esses verbos eram acentuados.

Ex.: Ele lê → Eles ~~lêem~~ leem.

Exceção: o mesmo não ocorre com os verbos monossilábicos terminados em “-em”, já que a terceira pessoa termina em “-êm”. Nesses casos, a acentuação permanece acentuada.

Ex.: Ele tem → Eles têm; Ele vem → Eles vêm.

► Acentuação das palavras Oxítonas

As palavras cuja última sílaba é tônica devem ser acentuadas as oxítonas com sílaba tônica terminada em vogal tônica -a, -e e -o, sucedidas ou não por -s. *Ex.:* aliás, após, crachá, mocotó, pajé, vocês. Logo, não se acentuam as oxítonas terminadas em “-i” e “-u”.

Ex.: caqui, urubu.

► Acentuação das palavras Paroxítonas

São classificadas dessa forma as palavras cuja penúltima sílaba é tônica. De acordo com a regra geral, não se acentuam as palavras paroxítonas, a não ser nos casos específicos relacionados abaixo.

Observe as exceções:

- **Terminadas em -ei e -eis.** *Ex.:* amásseis, cantásseis, fizésseis, hóquei, jóquei, pônei, saudáveis.
- **Terminadas em -r, -l, -n, -x e -ps.** *Ex.:* bíceps, caráter, córtex, esfíncter, fórceps, fóssil, líquen, lúmen, réptil, tórax.
- **Terminadas em -i e -is.** *Ex.:* beribéri, bílis, biquíni, cáqui, cútis, grátis, júri, lápis, oásis, táxi.
- **Terminadas em -us.** *Ex.:* bônus, húmus, ônus, Vênus, vírus, tônus.

AMOSTRA

- **Terminadas em -om e -ons.** *Ex.:* elétrons, nêutrons, prótons.
- **Terminadas em -um e -uns.** *Ex.:* álbum, álbuns, fórum, fóruns, quórum, quórums.
- **Terminadas em -ã e -ão.** *Ex.:* bênção, bênções, imã, imãs, órfã, órfãs, órgão, órgãos, sótão, sótãos.

► Acentuação das palavras Proparoxítonas

Classificam-se assim as palavras cuja antepenúltima sílaba é tônica, e todas recebem acento, sem exceções.

Ex.: ácaro, árvore, bárbaro, cálida, exército, fétido, lâmpada, líquido, médico, pássaro, tática, trânsito.

► Ditongos e Hiatos:

Acentuam-se:

- Oxítonas com sílaba tônica terminada em abertos “_éu”, “_éi” ou “_ói”, sucedidos ou não por “_s”.

Ex.: anéis, fiéis, herói, mausoléu, sóis, véus.

- As letras “_i” e “_u” quando forem a segunda vogal tônica de um hiato e estejam isoladas ou sucedidas por “_s” na sílaba.

Ex.: caí (ca-i), país (pa-ís), baú (ba-ú).

Não se acentuam:

- A letra “_i”, sempre que for sucedida por de “_nh”.

Ex.: moinho, rainha, bainha.

- As letras “_i” e o “_u” sempre que aparecerem repetidas.

Ex.: juuna, xiita. xiita.

- Hiatos compostos por “_ee” e “_oo”.

Ex.: creem, deem, leem, enjoo, magoo.

► O Novo Acordo Ortográfico

Confira as regras que levaram algumas palavras a perderem acentuação em razão do Acordo Ortográfico de 1990, que entrou em vigor em 2009:

Vogal tônica fechada -o de -oo em paroxítonas:

Ex.: enjoo enjoo; magoo magoo; perdoo perdoo; voo voo; zôo zôo.

Ditongos abertos -oi e -ei em palavras paroxítonas:

Ex.: alcalóide alcaloide; andróide androide; alcalóide alcaloide; assembléia assembleia; asteróide asteroide; européia europeia.

Vogais -i e -u precedidas de ditongo em paroxítonas:

Ex.: feiúra feiura; maoísta maoista; taoísmo taoísmo.

Palavras paroxítonas cuja terminação é -em, e que possuem -e tônico em hiato:

Isso ocorre com a 3ª pessoa do plural do presente do indicativo ou do subjuntivo. Exemplos: deem; lêem leem; relêem releem; revêem.

- **Palavras com trema:** somente para palavras da língua portuguesa. Exemplos: bilíngüe bilíngüe; enxágüe enxágüe; lingüiça lingüiça.

- **Paroxítonas homógrafas:** são palavras que têm a mesma grafia, mas apresentam significados diferentes. Exemplo: o verbo PARAR: pára para. Antes do Acordo Ortográfico, a flexão do verbo “parar” era acentuada para que fosse diferenciada da preposição “para”.

Atualmente, nenhuma delas recebe acentuação, assim:

- **Antes:** Ela sempre pára para ver a banda passar. [verbo / preposição]

- **Hoje:** Ela sempre para para ver a banda passar. [verbo / preposição]

ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE TEXTOS

Compreender e interpretar textos é essencial para que o objetivo de comunicação seja alcançado satisfatoriamente. Com isso, é importante saber diferenciar os dois conceitos. Vale lembrar que o texto pode ser verbal ou não-verbal, desde que tenha um sentido completo.

A **compreensão** se relaciona ao entendimento de um texto e de sua proposta comunicativa, decodificando a mensagem explícita. Só depois de compreender o texto que é possível fazer a sua interpretação.

A **interpretação** são as conclusões que chegamos a partir do conteúdo do texto, isto é, ela se encontra para além daquilo que está escrito ou mostrado. Assim, podemos dizer que a interpretação é subjetiva, contando com o conhecimento prévio e do repertório do leitor.

Dessa maneira, para compreender e interpretar bem um texto, é necessário fazer a decodificação de códigos linguísticos e/ou visuais, isto é, identificar figuras de linguagem, reconhecer o sentido de conjunções e preposições, por exemplo, bem como identificar expressões, gestos e cores quando se trata de imagens.

Dicas práticas

- Faça um resumo (pode ser uma palavra, uma frase, um conceito) sobre o assunto e os argumentos apresentados em cada parágrafo, tentando traçar a linha de raciocínio do texto. Se possível, adicione também pensamentos e inferências próprias às anotações.

- Tenha sempre um dicionário ou uma ferramenta de busca por perto, para poder procurar o significado de palavras desconhecidas.

- Fique atento aos detalhes oferecidos pelo texto: dados, fonte de referências e datas.



LEGISLAÇÃO

CONSELHO ESCOLAR E CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO: COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

CONSELHO ESCOLAR: CONCEITO, NATUREZA E PAPEL NA UNIDADE DE ENSINO

► O Conselho Escolar como órgão colegiado da escola

O Conselho Escolar é um órgão colegiado vinculado à unidade de ensino, formado para possibilitar a participação organizada da comunidade escolar nas decisões relevantes da escola. Sua existência está relacionada ao princípio da gestão democrática da educação pública, segundo o qual a escola não deve ser conduzida apenas por decisões centralizadas na direção, mas também por meio do diálogo, da corresponsabilidade e da participação dos diferentes sujeitos que compõem o ambiente escolar. Dessa forma, o Conselho Escolar funciona como um espaço institucional de escuta, debate, acompanhamento e deliberação sobre temas que afetam diretamente o funcionamento pedagógico, administrativo e, em alguns casos, financeiro da escola.

Sua natureza é colegiada porque as decisões não pertencem a uma única pessoa, mas a um grupo representativo. Esse aspecto é essencial para compreender sua função: o Conselho Escolar não substitui a direção da escola, nem assume isoladamente a gestão da unidade, mas atua em conjunto com ela, contribuindo para tornar as decisões mais transparentes, participativas e alinhadas às necessidades reais da comunidade. A direção continua exercendo suas atribuições administrativas e pedagógicas, porém passa a contar com uma instância de participação que fortalece a legitimidade das escolhas feitas no cotidiano escolar.

► Composição e representatividade da comunidade escolar

A composição do Conselho Escolar deve refletir a diversidade da comunidade escolar. Em geral, participam representantes da equipe gestora, professores, demais profissionais da educação, estudantes, pais ou responsáveis e membros da comunidade local. Essa composição busca garantir que diferentes pontos de vista sejam considerados nas discussões, evitando que a escola seja compreendida apenas sob a perspectiva administrativa ou exclusivamente pedagógica. A presença de múltiplos segmentos amplia a compreensão dos problemas e permite soluções mais adequadas à realidade da unidade de ensino.

A representatividade é um elemento central para a legitimidade do Conselho Escolar. Não basta que o órgão exista formalmente; é necessário que seus integrantes atuem como representantes efetivos dos grupos que compõem a comunidade escolar. Isso significa ouvir demandas, levar propostas para discussão, prestar informações e manter diálogo com os segmentos representados. Quando a representação é apenas simbólica, o

conselho perde força e tende a se transformar em uma estrutura burocrática. Quando é ativa, passa a ser um instrumento concreto de democratização da escola.

► Função do Conselho Escolar na gestão democrática

O papel do Conselho Escolar está diretamente associado à gestão democrática, prevista como princípio da educação nacional. A gestão democrática exige participação, transparência, responsabilidade coletiva e abertura ao diálogo. Nesse contexto, o Conselho Escolar contribui para que a escola seja um espaço de construção coletiva, no qual decisões importantes sejam debatidas com aqueles que vivenciam a rotina escolar. Essa participação pode envolver temas como organização do projeto político-pedagógico, prioridades da escola, uso de recursos, estratégias de melhoria da aprendizagem, convivência escolar e fortalecimento da relação entre escola e comunidade.

O Conselho Escolar também possui papel educativo. Ao participar das reuniões, discutir problemas, analisar propostas e acompanhar decisões, seus membros aprendem a exercer a cidadania de forma prática. A escola deixa de ser vista apenas como local de transmissão de conteúdos e passa a ser compreendida como espaço de formação social, política e ética. Nesse sentido, o conselho ensina pelo exemplo, mostrando que decisões coletivas exigem responsabilidade, respeito às diferenças, argumentação e compromisso com o interesse público.

► Participação da comunidade e fortalecimento da unidade de ensino

A atuação do Conselho Escolar fortalece a unidade de ensino porque aproxima a escola de sua comunidade. Muitas dificuldades enfrentadas no cotidiano escolar não podem ser resolvidas apenas pela equipe gestora ou pelos professores. Questões como frequência dos estudantes, conservação do espaço físico, relação entre família e escola, combate à evasão, convivência respeitosa e melhoria da aprendizagem dependem de envolvimento coletivo. O Conselho Escolar cria um canal institucional para essa participação, permitindo que problemas sejam identificados com mais precisão e enfrentados de forma compartilhada.

Entre os principais aspectos que caracterizam o Conselho Escolar, destacam-se:

- Participação coletiva nas decisões relevantes da escola.
- Representação dos diferentes segmentos da comunidade escolar.
- Apoio à direção na construção de soluções pedagógicas e administrativas.
- Fortalecimento da transparência e do controle social.
- Promoção do diálogo entre escola, famílias, estudantes e comunidade local.

Assim, o Conselho Escolar deve ser compreendido como uma instância indispensável para a construção de uma escola mais democrática, participativa e comprometida com a qualidade da

AMOSTRA

educação. Sua importância não está apenas na existência formal do órgão, mas na sua atuação concreta, contínua e responsável. Quando funciona de maneira efetiva, o conselho contribui para que a escola deixe de ser uma instituição isolada e passe a ser um projeto coletivo, construído com a participação de todos os sujeitos envolvidos no processo educativo.

COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO ESCOLAR

► Acompanhamento do projeto político-pedagógico

O Conselho Escolar possui papel relevante no acompanhamento do projeto político-pedagógico da escola, geralmente conhecido como PPP. Esse documento expressa a identidade da unidade de ensino, suas finalidades, seus objetivos educacionais, sua forma de organização e as estratégias adotadas para garantir a aprendizagem dos estudantes. Por isso, o PPP não deve ser visto como um texto meramente formal, elaborado apenas para cumprir exigências administrativas. Ele deve orientar a vida escolar e servir como referência para as decisões pedagógicas, administrativas e comunitárias.

Nesse contexto, uma das atribuições do Conselho Escolar é participar da discussão, da revisão e do acompanhamento da execução do PPP. Isso significa analisar se as ações previstas estão sendo realmente desenvolvidas, se os objetivos estabelecidos continuam adequados à realidade da escola e se os resultados alcançados indicam avanços ou necessidade de ajustes. A participação do conselho contribui para que o projeto não fique restrito à equipe gestora ou aos professores, mas seja compreendido como uma construção coletiva, envolvendo famílias, estudantes, profissionais da educação e comunidade local.

O Conselho Escolar também pode colaborar na identificação dos principais desafios pedagógicos da unidade de ensino. Questões como dificuldades de aprendizagem, evasão, baixo rendimento, indisciplina, ausência das famílias e necessidade de inclusão educacional devem ser debatidas de forma responsável e planejada. O conselho não substitui o trabalho técnico dos profissionais da educação, mas amplia a escuta e ajuda a construir soluções mais próximas da realidade vivida pela comunidade escolar.

► Participação nas decisões administrativas, pedagógicas e financeiras

As competências do Conselho Escolar abrangem diferentes dimensões da gestão escolar. No campo administrativo, o conselho pode acompanhar decisões relacionadas à organização da rotina da escola, ao uso dos espaços, à definição de prioridades estruturais e à melhoria das condições de funcionamento da unidade. Essa participação fortalece a transparência e evita que decisões importantes sejam tomadas de forma isolada, sem diálogo com os sujeitos diretamente afetados.

No campo pedagógico, o Conselho Escolar contribui para discutir ações voltadas à melhoria da qualidade do ensino. Pode acompanhar projetos de reforço, estratégias de combate à evasão, atividades culturais, ações de inclusão, projetos de convivência e medidas para fortalecer a relação entre escola e famílias. Sua atuação deve sempre respeitar a competência técnica dos profissionais da educação, mas isso não impede que

participe do debate sobre os rumos pedagógicos da escola, especialmente quando as decisões envolvem a comunidade escolar como um todo.

No campo financeiro, quando a escola recebe recursos públicos ou administra verbas destinadas à manutenção e ao desenvolvimento de suas atividades, o Conselho Escolar pode exercer função de acompanhamento e fiscalização. Essa atribuição é importante porque o uso de recursos deve obedecer aos princípios da legalidade, moralidade, publicidade, eficiência e finalidade pública. A comunidade escolar tem o direito de saber como os valores são aplicados e quais prioridades foram adotadas.

► Fiscalização, transparência e controle social

Uma das funções mais importantes do Conselho Escolar é contribuir para a transparência da gestão. A escola pública utiliza recursos públicos e presta um serviço essencial à sociedade. Por esse motivo, sua administração deve ser acompanhada de forma responsável pela comunidade. O Conselho Escolar atua como instrumento de controle social, permitindo que representantes da comunidade acompanhem decisões, solicitem informações, debatam prioridades e verifiquem se as ações realizadas atendem ao interesse coletivo.

A fiscalização exercida pelo Conselho Escolar não deve ser confundida com perseguição, interferência indevida ou disputa de poder. Trata-se de uma atribuição institucional voltada à proteção da escola, da comunidade e do interesse público. Fiscalizar significa acompanhar, perguntar, analisar documentos, conferir prestações de contas, observar necessidades e colaborar para que os recursos e as ações sejam conduzidos de modo correto. Quando bem exercida, essa função fortalece a confiança entre direção, profissionais da escola, famílias e estudantes.

Entre as principais atribuições do Conselho Escolar, podem ser destacadas:

- Acompanhar a elaboração, a execução e a revisão do projeto político-pedagógico.
- Participar das discussões sobre prioridades administrativas e pedagógicas da escola.
- Colaborar na definição de ações voltadas à melhoria da aprendizagem.
- Acompanhar a aplicação de recursos destinados à unidade escolar.
- Promover transparência, diálogo e controle social no ambiente escolar.
- Estimular a participação das famílias e da comunidade nas decisões escolares.

► Mediação de interesses e fortalecimento da convivência escolar

O Conselho Escolar também atua como espaço de mediação. A escola reúne pessoas com diferentes expectativas, experiências e necessidades. Professores, estudantes, famílias, equipe gestora e funcionários podem ter percepções distintas sobre os problemas e as prioridades da unidade. O conselho permite que essas diferenças sejam debatidas de maneira organizada, evitando que conflitos se transformem em decisões autoritárias, desinformação ou afastamento entre escola e comunidade.

HISTÓRIA E GEOGRAFIA DE CAMPO ALEGRE (AL)

ORIGEM, POVOAMENTO, EMANCIPAÇÃO POLÍTICA, EVOLUÇÃO HISTÓRICA, SOCIAL E CULTURAL, PATRIMÔNIO HISTÓRICO E MANIFESTAÇÕES CULTURAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL; LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA, LIMITES TERRITORIAIS, RELEVO, CLIMA, VEGETAÇÃO, SOLOS, RECURSOS NATURAIS E ASPECTOS AMBIENTAIS DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL; POPULAÇÃO, INDICADORES DEMOGRÁFICOS, MIGRAÇÃO, AGRICULTURA, PECUÁRIA, COMÉRCIO, INDÚSTRIA, SERVIÇOS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL; REDE HIDROGRÁFICA, PRINCIPAIS RIOS E CORPOS D'ÁGUA, BACIAS HIDROGRÁFICAS, RECURSOS HÍDRICOS, ABASTECIMENTO DE ÁGUA, PRESERVAÇÃO DOS MANANCIAIS E IMPORTÂNCIA AMBIENTAL, SOCIAL E ECONÔMICA DA HIDROGRAFIA DO MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE/AL

Origem e primeiros núcleos de povoamento

A história de Campo Alegre está associada à ocupação rural do interior alagoano e à presença de antigos engenhos. Antes de 1800, existia na região um engenho chamado Mosquito, ligado à figura de Dona Vicência, proprietária que teria construído uma residência às margens da estrada que ligava Campo Alegre a São Miguel. Com a decadência do engenho e a fixação de novas moradias, formou-se um pequeno povoado, inicialmente marcado pela vida rural, pela circulação entre localidades vizinhas e pela economia canavieira.

Por volta de 1810, Antônio de Barros chegou à localidade, construiu uma casa e contribuiu para a formação de outro núcleo de povoamento. A região passou a ser conhecida por referências como Mosquito de Cima e Mosquito de Baixo, nomes que expressam a origem rural e a organização inicial do espaço em torno dos engenhos, propriedades e caminhos locais.

Nome Campo Alegre e religiosidade local

Um marco simbólico importante ocorreu em 1814, quando missionários católicos passaram pela região, pernoitaram no local e celebraram missa em uma palhoça. Segundo a tradição local, esses missionários ofereceram a imagem de Bom Jesus dos Aflitos, que se tornou padroeiro do município. A expressão “Campo Alegre” teria surgido da impressão causada pela paisagem plana e verde, associando o lugar a uma ideia de campo fértil, acolhedor e agradável.

A religiosidade, portanto, aparece desde cedo como elemento estruturante da identidade local. A devoção ao padroeiro, a construção da igreja e as celebrações religiosas ajudaram a organizar a vida social, fortalecer vínculos comunitários e criar referências simbólicas compartilhadas pela população.

Emancipação política e organização municipal

Campo Alegre foi elevado à categoria de município pela Lei nº 2.241, de 8 de junho de 1960, com instalação oficial em 16 de junho do mesmo ano, desmembrando-se de São Miguel dos Campos. A emancipação representou o reconhecimento de uma realidade administrativa própria, marcada pelo crescimento populacional, pela consolidação de lideranças locais e pela necessidade de governo municipal autônomo.

Entre os nomes associados ao movimento emancipacionista aparecem lideranças como Adauto Fernandes Vieira, Moacir José da Cunha, João Fernandes Vieira, João Fernandes Vieira Filho, Adelmo Calumbi Luz, José de Souza Gomes, Abraão Fidelis de Moura e José Virgínio da Silva. Esses nomes representam parte da articulação política local responsável pela autonomia administrativa do município.

Evolução social e cultural

A evolução histórica de Campo Alegre deve ser compreendida a partir de três eixos: a base rural canavieira, a religiosidade popular e a construção gradual de uma identidade municipal própria. A economia ligada à cana-de-açúcar influenciou o uso da terra, a organização do trabalho e a dinâmica social. Já as festividades religiosas, cívicas e populares reforçaram os laços comunitários e criaram momentos de forte expressão cultural.

Entre as principais manifestações culturais e sociais destacam-se a festa do padroeiro Bom Jesus dos Aflitos, as celebrações de Corpus Christi com tapetes decorativos nas ruas, as comemorações da emancipação política em 8 de junho, o Carnaval e as festas juninas. Também se destacam práticas culturais, religiosas e esportivas que compõem a vida social local, como a Semana Santa, o futebol, o vôlei e eventos comunitários.

Patrimônio histórico e identidade local

O patrimônio histórico de Campo Alegre está ligado principalmente à memória do povoamento, à tradição religiosa e aos marcos de emancipação. A igreja vinculada à devoção ao Bom Jesus dos Aflitos é referência simbólica importante porque conecta a origem do povoado à formação da identidade religiosa e cultural do município. Além disso, a cidade é conhecida localmente como “cidade carinho”, expressão associada à receptividade de sua população.

AMOSTRA

A tabela a seguir resume elementos históricos e culturais importantes para a compreensão da identidade campo-alegrense:

Elemento histórico-cultural	Significado para Campo Alegre
Engenho Mosquito	Marco da ocupação rural inicial
Antônio de Barros	Figura associada aos primeiros passos da colonização local
Bom Jesus dos Aflitos	Padroeiro e referência religiosa central
Emancipação de 8 de junho de 1960	Formação da autonomia política municipal
Corpus Christi, festa do padroeiro e festas juninas	Expressões culturais, religiosas e comunitárias
Cana-de-açúcar	Base econômica tradicional e componente da formação social

► **Localização geográfica, limites territoriais, relevo, clima, vegetação, solos, recursos naturais e aspectos ambientais**

Localização e inserção regional

Campo Alegre está localizado no estado de Alagoas, no contexto do Leste Alagoano, com vínculo histórico e regional à microrregião de São Miguel dos Campos. O município possui código IBGE 2701407, gentílico campo-alegrense e área territorial oficial de 312,726 km² em 2025.

A localização regional é estratégica porque o município se conecta a áreas de produção agroindustrial, zonas urbanas próximas e eixos rodoviários importantes. O acesso é feito por vias como a BR-101, AL-105 e AL-220, o que favorece circulação de pessoas, mercadorias, serviços e integração com municípios vizinhos.

Limites territoriais

As informações locais indicam que Campo Alegre limita-se com municípios como Boca da Mata, Anadia, Junqueiro, Teotônio Vilela, São Miguel dos Campos, Jequiá da Praia e Limoeiro de Anadia. Essa posição territorial coloca Campo Alegre em uma área de transição funcional entre polos locais, áreas agrícolas, municípios canavieiros e eixos de ligação com o litoral e com a capital Maceió.

A configuração territorial do município contribui para sua relação com diferentes dinâmicas regionais. Ao mesmo tempo em que mantém características rurais e agrícolas, Campo Alegre também participa de fluxos urbanos, comerciais e institucionais ligados aos municípios vizinhos e à rede rodoviária estadual e federal.

Relevo e solos

O relevo local é descrito como marcado por paisagem plana e verde, com altitude em torno de 176 a 180 metros acima do nível do mar. A caracterização regional menciona a inserção no

contexto dos tabuleiros, especialmente ligados à região de São Miguel dos Campos, o que sugere formas de relevo mais suaves, com superfícies planas a suavemente onduladas.

Do ponto de vista didático, os tabuleiros costeiros são importantes porque costumam apresentar topografia plana a suave ondulada e solos profundos, embora muitas vezes com camadas subsuperficiais coesas, que podem dificultar infiltração, enraizamento e manejo agrícola. Essa condição exige planejamento no uso do solo, conservação ambiental e práticas agrícolas adequadas.

Clima, vegetação e recursos naturais

Fontes locais descrevem o clima de Campo Alegre como temperado, com temperaturas elevadas em parte do ano. Em termos geográficos regionais, por estar no Leste Alagoano e em área de tabuleiros, o município se relaciona a condições tropicais, com influência de chuvas sazonais, solos agrícolas e vegetação historicamente associada à Mata Atlântica e a formações secundárias bastante modificadas pela ocupação humana.

A vegetação original foi intensamente alterada pela expansão agrícola, especialmente pela cana-de-açúcar. Ainda assim, há registros de áreas de Mata Atlântica em Campo Alegre, o que indica a presença de remanescentes florestais relevantes para biodiversidade, equilíbrio hídrico e conservação ambiental.

Aspectos ambientais

Os principais desafios ambientais de Campo Alegre envolvem conservação do solo, proteção dos mananciais, preservação de remanescentes de vegetação nativa, controle da erosão, gestão de resíduos, saneamento e equilíbrio entre produção econômica e sustentabilidade. A presença de atividades agrícolas exige atenção ao manejo do solo, ao uso de insumos, à proteção das áreas de drenagem e à manutenção de matas ciliares.

A tabela a seguir sintetiza os principais aspectos físico-ambientais do município:

Aspecto físico-ambiental	Caracterização didática
Relevo	Predomínio de formas suaves, associadas a tabuleiros
Solos	Solos profundos em áreas de tabuleiro, com necessidade de manejo adequado
Clima	Condições regionais tropicais, com referência local a clima ameno/temperado
Vegetação	Remanescentes de Mata Atlântica e áreas modificadas por uso agropecuário
Recursos naturais	Solo agrícola, águas superficiais/subterrâneas e biodiversidade remanescente
Desafios ambientais	Preservação de mananciais, saneamento, erosão, resíduos e uso sustentável da terra

CONHECIMENTOS PROFISSIONAIS

ARTES VISUAIS, MÚSICA E EXPRESSÃO CORPORAL

► A arte como linguagem e expressividade do indivíduo (e do coletivo) em relação a si mesmo e ao seu meio social

A arte é uma experiência humana de conhecimento estético que transmite e expressa ideias e emoções na forma de um objeto artístico (desenho, pintura, escultura, arquitetura e etc.) e que possui em si o seu próprio valor.

A expressividade do corpo (linguagem) se amplia na construção de formas visuais, táteis e sonoras e na incorporação de objetos simbólicos, investidos das experiências vividas. A apropriação do mundo se dá num processo perceptivo entranhado nas culturas e nas formas sensíveis da realidade.

A função da arte e o seu valor, portanto, não estão no retrato fiel da realidade, mas sim, na representação simbólica do mundo humano. A arte é socialmente determinada:

1 – Pela finalidade social das obras: Na antiguidade estavam destinadas ao culto religioso; na Renascença eram feitas para dar prestígio a seus patrocinadores e hoje estão destinadas a percorrer circuitos do mercado de arte.

2 – Pelo lugar social ocupado pelo artista: Na antiguidade, mago-artesão-oficiante de ritos; na Renascença, financiado e protegido por um mecenas, nos dias de hoje, profissional liberal dependente do mercado de arte.

3 – Pelas condições de recepção da obra de arte: na Antiguidade, a comunidade de fiéis; na Renascença, uma elite rica, cultivada e com poder político; em nossos dias, a classe economicamente dominante e politicamente dirigente, de um lado, e as classes populares ou de massa, de outro.

Podemos distinguir quatro funções principais para a arte:

- **Função pragmática ou utilitária:** Ela serve como meio para se alcançar um fim não-artístico, não sendo valorizada por si mesma, mas pela sua finalidade. Segundo este ponto de vista a arte pode estar a serviço para finalidades pedagógicas, religiosas, políticas ou sociais.
- **Função naturalista:** O que interessa é a representação da realidade ou da imaginação o mais natural possível para que o conteúdo possa ser identificado e compreendido pelo observador.
- **Função formalista:** Atribui maior qualidade na forma de apresentação da obra preocupando-se com seus significados, valores e motivos estéticos. Essa função trabalha com os princípios que determinam a organização da imagem – os elementos e a composição da imagem.

- **Função interativa:** Já na metade do séc. XX muitos artistas de vanguarda questionavam os motivos e valores estéticos produzidos em suas obras e, com o advento das tecnologias de comunicação em massa, as facilidades em obtenção de materiais e o avanço tecnológico de produção, fez com que os criadores repensassem seu papel na sociedade e a maneira de como o observador não fosse um espectador passivo, mas sim participante e integrante da arte, em algumas vezes tornando-se até mesmo colaborador criativo e ativo.

ATIVIDADES LÚDICAS E RECREATIVAS

► Brincadeira e interações nas práticas pedagógicas e nas experiências infantis

As Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Infantil indicam que as práticas pedagógicas que compõem a proposta curricular da Educação infantil devem ter como eixos norteadores: as interações e a brincadeira, as quais devem ser observadas, registradas e avaliadas. Interação refere-se à ação que se exerce mutuamente entre duas ou mais coisas, ou duas ou mais pessoas; ação recíproca¹

Na educação infantil, sob a ótica das crianças, ocorrem interações entre:

- **As crianças e as professoras/adultos:** essenciais para dar riqueza e complexidade às brincadeiras;
- **As crianças entre si:** a cultura lúdica ou a cultura infantil só acontece quando as crianças brincam entre si, com idades iguais ou diferentes (maiores com bebês, crianças pequenas com as maiores);
- **As crianças e os brinquedos:** por meio das diferentes formas de brincar com os objetos/brinquedos;
- **As crianças e o ambiente:** a organização do ambiente facilita ou dificulta a ação de brincar. Por exemplo: Uma estante na altura do olhar das crianças facilita o uso independente dos brinquedos. Um escorregador alto no parque, além do risco oferecido ao uso pelos pequenos, leva a uma situação de estresse no grupo quando a professora proíbe utilizá-lo;
- **As crianças, as instituições e as famílias:** tais relações possibilitam vínculos que favorecem um clima de respeito mútuo e confiabilidade, gerando espaços para o trabalho colaborativo e a identificação da cultura popular da criança e de sua família, de suas brincadeiras e brinquedos preferidos.

¹ BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica, – Brasília: MEC/SEB, 2012.

AMOSTRA

► Como ampliar a ação recíproca entre a(s) criança(s) e a professora?

A forma como a professora interage com a criança e seu agrupamento infantil, a relação corporal que estabelece e que envolve corpo e olhar, pode facilitar ou dificultar o diálogo. Tal relação pode ser de igualdade ou de superioridade, e será exemplificado nas figuras que se seguem.

Vejamos:

Na figura 1, a professora está no mesmo nível que as crianças e junto com elas. Sua postura corporal aberta revela disponibilidade para interagir com o grupo, o que representa uma forma de comunicação facilitadora:

Figura 1 - Agregar, estar junto



BRASIL/MEC/SEB. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica – Brasília, 2012, p. 17.

Já na figura 2, a professora apenas observa, sua postura é de vigia, ela não se inclui no grupo. A postura corporal isolada denota uma atitude de não interação com o grupo:

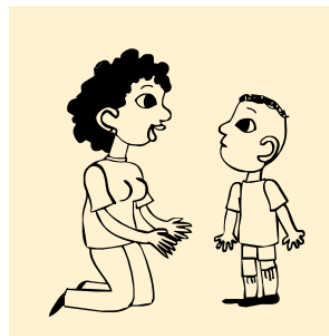
Figura 2 - Observar de fora, vigiar o grupo



BRASIL/MEC/SEB. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica – Brasília, 2012, p. 17.

Na figura 3, professora e criança mantêm contato direto pelo olhar e estabelecem um diálogo que as envolvem. Essa forma de interação possibilita a construção de uma cultura partilhada entre a professora e a criança, criando um fluxo positivo que potencializa a aprendizagem:

Figura 3 - Envolver com o olhar, ser parceiro



BRASIL/MEC/SEB. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica – Brasília, 2012, p. 17.

A figura 4 mostra uma relação corporal distante, de um adulto que sempre olha para a criança “de cima” e não facilita a criação de um vínculo de confiança e proximidade, fundamental para processos comunicativos na primeira infância, em especial na faixa etária de 0 a 3 anos e 11 meses:

Figura 4 - Olhar de cima, impor ação



BRASIL/MEC/SEB. Brinquedos e brincadeiras de creches: manual de orientação pedagógica – Brasília, 2012, p. 17.

Portanto, as figuras 1 e 3 indicam interações positivas e partilhadas e as 2 e 4, a ausência de interações facilitadoras para a comunicação. As interações e a brincadeira, que não podem ser separadas na educação infantil, aparecem na forma de práticas pedagógicas planejadas pelas professoras e em experiências vividas pelas crianças.

As práticas pedagógicas devem garantir experiências diversas que contemplem, entre outros, alguns itens que serão a seguir especificados. Vejamos:

PEDAGOGIA E PSICOLOGIA EDUCACIONAL

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM: DIAGNÓSTICA, FORMATIVA E SOMATIVA

¹O termo avaliar tem sido associado a fazer prova, fazer exame, atribuir notas, repetir ou passar de ano. Nela a educação é imaginada como simples transmissão e memorização de informações prontas e o educando é visto como um ser paciente e receptivo. Em uma concepção pedagógica mais moderna, a educação é concebida como experiência de vivências múltiplas, agregando o desenvolvimento total do educando. Nessa abordagem o educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Nesse ponto de vista, a avaliação admite um significado orientador e cooperativo.

A avaliação do processo de ensino e aprendizagem, é realizada de forma contínua, cumulativa e sistemática na escola, com o objetivo de diagnosticar a situação de aprendizagem de cada aluno, em relação à programação curricular. A avaliação não deve priorizar apenas o resultado ou o processo, mas deve como prática de investigação, interrogar a relação ensino aprendizagem e buscar identificar os conhecimentos construídos e as dificuldades de uma forma dialógica. O erro, passa a ser considerado como pista que indica como o educando está relacionando os conhecimentos que já possui com os novos conhecimentos que vão sendo adquiridos, admitindo uma melhor compreensão dos conhecimentos solidificados, interação necessária em um processo de construção e de reconstrução. O erro, neste caso deixa de representar a ausência de conhecimento adequado. Toda resposta ao processo de aprendizagem, seja certa ou errada, é um ponto de chegada, por mostrar os conhecimentos que já foram construídos e absorvidos, e um novo ponto de partida, para um recomeço possibilitando novas tomadas de decisões.

A avaliação, dessa forma, tem uma função prognóstica, que avalia os conhecimentos prévios dos alunos, considerada a avaliação de entrada, avaliação de input; uma função diagnóstica, do dia-a-dia, a fim de verificar quem absorveu todos os conhecimentos e adquiriu as habilidades previstas nos objetivos estabelecidos. Para José Eustáquio Romão, existe também uma função classificatória, avaliação final, que funciona como verificação do nível alcançado pelos alunos, avaliação de output. Através da função diagnóstica podemos verificar quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno. O exemplo classificatório de avaliação, oficializa a visão de sociedade excludente adotada pela escola.

► ¹Tipos de Avaliação

Assim como as crianças e adolescentes aprendem de diferentes formas, avaliar esses conhecimentos também exige essa diversidade. Ao aderir a essa prática, os professores passam a ter uma dimensão mais completa e integral dos alunos.

Os principais tipos de avaliação, são a diagnóstica, formativa, somativa e externa.

Avaliação diagnóstica

Como o próprio nome indica, esta modalidade possibilita identificar e mapear os saberes dos estudantes em relação a determinado objeto do conhecimento ou habilidade. No ciclo de alfabetização, a avaliação diagnóstica também pode ser chamada de sondagem e acontece periodicamente para acompanhar os avanços das crianças.

O mais comum é que aconteça no início de cada bimestre. Porém, o mais indicado é aumentar a frequência. “Ela deve acontecer várias vezes. A cada novo trabalho ou objeto de conhecimento precisamos de um diagnóstico”, diz Kátia Chiaradia.

A avaliação diagnóstica deve ser capaz de verificar as lacunas, identificar os avanços e os pontos de destaque da turma. Esses dados são utilizados para orientar o planejamento docente e podem nortear, por exemplo, a organização de agrupamentos produtivos.

Olhar para aspectos socioemocionais e mapear interesses, hábitos e realidade de cada aluno também são pontos interessantes de se considerar na hora de planejar o diagnóstico.

Não existe um modelo único para esse tipo de avaliação: ela pode ser realizada utilizando metodologias ativas, roda de conversa ou ser um modelo mais próximo das provas tradicionais.

Muitas secretarias de educação utilizam diagnósticos em rede como um termômetro geral das escolas. Mesmo nesses casos, é importante que o professor realize o seu próprio diagnóstico como forma de complementar as informações e conhecer mais o perfil da turma.

Avaliação formativa (contínua ou processual)

A avaliação processual acontece ao longo do processo de aprendizagem, sempre a partir de um diagnóstico. Conforme acompanha o processo da turma, o professor tem as evidências necessárias para pensar em boas intervenções e saber quando é necessário mudar o percurso – isto é, não é preciso aguardar o término do bimestre para verificar que uma estratégia não funcionou ou que os alunos ainda estão com dificuldade em determinada habilidade.

¹ <https://educador.brasilecola.uol.com.br/trabalho-docente/avaliacao-escolar.htm>

¹ <https://novaescola.org.br/conteudo/8778/o-que-e-avaliacao>

AMOSTRA

Para fazer essa avaliação, podem ser utilizadas ferramentas como, por exemplo:

- Produções orais, em grupo e individuais.
- Pesquisas.
- Seminários.
- Estudos de caso.
- Autoavaliação.
- Questionários.

Já para analisar os resultados, utilizam-se rubricas com diferentes níveis de performance. Esses critérios permitem que o professor oriente a observação. Eles devem estar sempre alinhados aos objetivos de aprendizagem previstos naquela atividade ou projeto e conter as evidências para demonstrar que o estudante aprendeu - saiba o que levar em conta para fazer esse trabalho nos Anos Iniciais. Essas expectativas devem ser comparadas com a turma.

Um tipo de avaliação formativa é a comparativa, que visa promover uma análise entre o que o aluno sabia antes de determinada atividade e depois.

Avaliação somativa

É a modalidade mais tradicional de avaliação e caracteriza-se por evidenciar se os alunos dominam determinado conjunto de habilidades. Comumente, acontece ao final do bimestre ou sequência didática. Ao final, atribui-se um conceito ou nota numérica para o desempenho dos estudantes.

Pode ser dissertativa ou de múltipla escolha. É importante que as perguntas sejam claras e, pela resolução da questão, o professor consiga evidenciar as aprendizagens.

Avaliações externas

São provas realizadas em larga escala para avaliar o sistema educacional e auxiliam na construção de uma visão sistêmica sobre como está a aprendizagem no território.

Dentro da escola, os resultados dos estudantes também devem ser analisados, porém os descritores dessas avaliações não devem orientar o planejamento docente – isto é, o objetivo do professor é desenvolver habilidades do currículo, não preparar os alunos para essas provas.

AVALIAÇÃO MEDIADORA (JUSSARA HOFFMANN)

AVALIAÇÃO COMO PARTE DO PROCESSO DE APRENDIZAGEM

A avaliação mediadora, proposta por Jussara Hoffmann, representa uma mudança profunda na forma de compreender a avaliação escolar. Em vez de tratar a avaliação apenas como momento de verificação, classificação ou atribuição de notas, essa concepção entende que avaliar é acompanhar o processo de aprendizagem do estudante e intervir pedagogicamente para que ele avance. A avaliação deixa de ser um ato final, realizado depois do ensino, e passa a fazer parte do próprio processo de ensinar e aprender. Nesse sentido, avaliar não é simplesmente perguntar “quanto o aluno aprendeu?”, mas investigar “como ele

está aprendendo?”, “quais hipóteses construiu?”, “que dificuldades apresenta?”, “que intervenções podem ajudá-lo?” e “quais novas situações de aprendizagem precisam ser propostas?”.

Na tradição escolar, muitas vezes a avaliação foi reduzida à aplicação de provas, testes, trabalhos e notas. Esse modelo costuma concentrar-se no resultado final, comparando estudantes entre si e classificando-os como bons, médios ou fracos. A nota, nesse contexto, passa a ocupar lugar central, como se pudesse representar de maneira completa a aprendizagem do estudante. Jussara Hoffmann critica essa visão porque ela empobrece o sentido pedagógico da avaliação. Uma nota pode indicar um desempenho em determinado momento, mas não explica, por si só, o percurso do aluno, suas estratégias de pensamento, suas dificuldades específicas, seus avanços ou as condições em que a aprendizagem ocorreu.

A avaliação mediadora parte de outra lógica. Ela compreende que a aprendizagem é um processo contínuo, dinâmico e singular. Cada estudante aprende em determinado ritmo, mobiliza conhecimentos prévios, formula hipóteses, comete erros, reorganiza ideias e avança a partir das interações que vivencia. O professor, nesse processo, não é apenas alguém que mede resultados. Ele é mediador da aprendizagem. Isso significa que observa, escuta, interpreta, questiona, desafia, orienta, registra, retoma conteúdos e cria novas oportunidades para que o estudante avance. A avaliação torna-se, assim, instrumento de intervenção pedagógica.

Um dos pontos mais importantes dessa concepção é a relação entre avaliação e ensino. Na avaliação classificatória, o ensino acontece primeiro e a avaliação aparece depois, quase como julgamento final. Na avaliação mediadora, ensino e avaliação caminham juntos. O professor avalia enquanto ensina, porque acompanha as respostas dos estudantes, observa suas dúvidas, identifica seus modos de pensar e ajusta sua prática. Do mesmo modo, o estudante aprende enquanto é avaliado, pois recebe devolutivas, reflete sobre seus erros, refaz percursos e enfrenta novos desafios.

A avaliação mediadora também possui forte dimensão ética. Avaliar é uma prática de poder. O professor, ao avaliar, pode incluir ou excluir, encorajar ou desmotivar, orientar ou punir, reconhecer avanços ou cristalizar rótulos. Por isso, a avaliação não pode ser tratada como procedimento neutro. Ela exige responsabilidade, respeito ao estudante, compromisso com a aprendizagem e cuidado para não transformar dificuldades em marcas permanentes de incapacidade. A pergunta ética fundamental é: a avaliação está ajudando o estudante a aprender ou apenas registrando seu fracasso?

Essa concepção também se relaciona à democratização do ensino. Uma escola comprometida com a aprendizagem de todos não pode usar a avaliação apenas para selecionar os que avançam e deixar para trás os que têm dificuldades. A avaliação deve servir para identificar necessidades e reorganizar o ensino. Quando o estudante não aprende, a questão não deve ser apenas “por que ele não estudou?”, mas também “que mediações foram oferecidas?”, “que estratégias podem ser modificadas?”, “que conhecimentos prévios precisam ser retomados?” e “como a escola pode apoiar esse percurso?”.



GOSTOU DESSE MATERIAL?

Imagine o impacto da versão **COMPLETA** na sua preparação. É o passo que faltava para garantir aprovação e conquistar sua estabilidade. Ative já seu **DESCONTO ESPECIAL!**

EU QUERO SER APROVADO!

